

**001ª SESSÃO ORDINÁRIA – 01FEV2012****(Texto com revisão final.)**

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** De imediato, declaro empossada a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna como 2ª Vice-Presidente e membro da Comissão Representativa.

Gostaria de solicitar aos colegas Vereadores um minuto de silêncio pela triste notícia do falecimento do pai da nossa 2ª Vice-Presidente, Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, o Sr. Raul Silva da Silva.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Sr. 1º Secretário procederá à leitura das proposições apresentadas à Mesa.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Carlos Todeschini):** (Lê as proposições apresentadas à Mesa.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra.

**O SR. REGINALDO PUJOL (Requerimento):** Sr. Presidente, antes de mais nada, meus cumprimentos ao 1º Secretário pelo fôlego, por ter ficado uns bons momentos anunciando os vários Projetos, dos quais é preciso ser dado conhecimento à Casa. Evidentemente, Sr. Presidente, que essa quantidade de Projetos não foi possível constar aqui nos avulsos. Perguntaria a V. Exa. se essa relação está disponibilizada na Internet, ou se é possível recebermos uma cópia dessa extensa relação lida pelo 1º Secretário?

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Ver. Pujol, o Diretor Legislativo me comunica que irá encaminhar imediatamente a V. Exa, assim como aos demais Vereadores.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Apregoo a Licença-Luto da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna no período de 1º de fevereiro a 8 de fevereiro de 2012.

Também anuncio aqui, a pedido do Ver. Elias Vidal, a triste notícia da perda de sua mãe, Sra. Jacy Nunes Vidal, ocorrida na semana passada. Nossos sentimentos, Vereador.

Saúdo a presença, não só do Presidente Estadual da Força Sindical, Cláudio Janta, mas também de toda a sua diretoria e dos integrantes da Força Sindical. Obrigado pela presença.

Solicito ao Ver. Todeschini, 1º Secretário, para que assuma o comando dos trabalhos a fim de que este Vereador possa fazer uso da palavra.

(O Ver. Carlos Todeschini assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. Mauro Zacher está com a palavra em Tempo de Presidente.

**O SR. MAURO ZACHER:** Ver. Todeschini, na presidência dos trabalhos; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, Bancadas, Lideranças, servidores desta Casa que têm nos acolhido de uma maneira muito confortável; estes trinta dias de presidência já nos permitiram visualizar o norte deste mandato curto de um ano em período eleitoral, uma vez que estamos tendo o apoio, não só da Mesa Diretora – que no dia de hoje se reuniu e construiu uma unidade no sentido avançarmos em assuntos importantes nesta Casa –, como do colegiado de Líderes que também foi sensível e principalmente parceiro com o que queremos tratar neste ano.

Quero reafirmar aqui que assumimos compromissos e talvez seja um ano no qual trataremos rapidamente assuntos importantes. Falamos aqui do Código de Posturas sobre o qual, nesses trinta dias, conseguimos marcar algumas agendas, algumas delas extremamente importantes. Convidamos um técnico de Bogotá, o Ivo Santiago Beracasa Villarraga, que nos permitiu ter bastante clareza em relação àquilo que Bogotá construiu ao longo de anos para conseguir oferecer à sociedade um código – que nós estamos chamando como se fosse uma constituinte do cotidiano – que incluísse uma legislação de fácil acesso à população, que fosse realmente aceite e que permitisse uma mudança de comportamento. Bogotá tem dado um exemplo e tem sido uma referência para nós, porque embora seja uma cidade que não tenha índices macroeconômicos, tem permitido avanços significativos na sua humanização. E esse técnico nos trouxe experiências de uma legislação completamente diferente, de realidades diferentes, mas que foi capaz de

nos dar uma clareza sobre os caminhos que nós podemos tomar. É por isso que estamos propondo a criação de uma Comissão Especial nesta Casa, que permita a participação da pluralidade dos Partidos e que, em 90 dias – tempo regimental de uma comissão –, haja um debate aberto, franco, com o envolvimento de diferentes entidades, para avançarmos em uma legislação e facilitar o seu acesso à nossa sociedade.

Hoje temos uma legislação em Porto Alegre, e por isso convocamos o nosso Grupo de Trabalho, coordenado pela Diretoria Legislativa, juntamente com o Grupo de Trabalho da Prefeitura, para permitir que se façam consolidações de legislações para a construção de um código de fácil acesso e que tenha conectividade ampla com o dia a dia da Cidade.

Para minha alegria e surpresa, não por unanimidade, mas já estamos construindo nesta Casa aquilo que nós sugerimos, que são – além da presença do Prefeito, que já está na Lei Orgânica do Município – as presenças dos Secretários Municipais nesta Casa. Hoje isso pode estar banalizado pelas convocações excessivas dos Secretários, que, por muitas vezes aqui não comparecem por problemas de agenda. Então, que façamos um momento com Pauta específica, nesta Casa, para tratarmos daquilo que é da maior importância para o nosso Legislativo, além da construção de leis, a fiscalização permanente das políticas públicas e dos planejamentos que aquela Secretaria vem fazendo. Sei que não é um assunto de consenso nesta Casa, mas estamos avançando para tornar o Plenário cada vez mais atraente e dinâmico no nosso exercício parlamentar. Eu tenho mantido um diálogo permanente com Vereadores que atuam e militam nessa área, mas também tive a oportunidade de conversar com alguns segmentos, conversar também com pessoas que discutiram a Agenda 2020, e já tenho uma agenda marcada para conhecer algumas cidades que implementaram a Agência de Desenvolvimento.

Esse é um assunto que tem a simpatia do Prefeito Fortunati, que tem a simpatia de muitos que gostariam que Porto Alegre tivesse uma estrutura pública, mas não estatal; uma estrutura que tivesse o apoio da Prefeitura e também o apoio do setor privado, mas, principalmente, a participação das universidades e da sociedade civil organizada.

A Agência de Desenvolvimento tem dado certo em muitos Municípios, e esse é um assunto que talvez esteja maduro no sentido de que seja implantado neste momento. Conhecemos os modelos de Santa Maria e Belo Horizonte que têm dado oportunidade para que essa Agência pense o futuro da Cidade em diferentes temas. Esse é um projeto que tem me encantado; sei que contamos com a simpatia do Prefeito e, acima de tudo, com a simpatia de muitos Vereadores que acham que este talvez seja o momento, porque

vivemos um momento de crescimento econômico, de novas oportunidades na Cidade, e sei que podemos, através de uma estrutura assim, oferecer um cenário muito melhor para aqueles que querem investir na Cidade, para aqueles que querem se tornar empreendedores em Porto Alegre.

Recebi um convite da Prefeitura de Montreal – e quero aqui agradecer a anuência dos meus colegas da Mesa Diretora, que entenderam importante a nossa participação. Tenho sugerido, Ver. Nilo, pela experiência de uma cidade que também tem avanços na democracia participativa, a criação de um Escritório Público. Recebi o convite para estar presente no dia 13 de fevereiro, data em que Montreal estará discutindo mudanças de revitalização de uma área central, de proximidade ao Centro, onde fazem essa consulta e começam a construir avanços e consensos para que o Projeto possa seguir depois ao Legislativo.

Nós sabemos que temos aqui um Parlamento em que o debate é muito forte, em que o debate é acirrado; já foi chamado de grenalização, muitas vezes. E assuntos e bons projetos para a Cidade muitas vezes não avançam, porque não conseguimos enfrentar e construir consensos no sentido de avançar em projetos específicos.

Essa experiência – sobre a qual tive a anuência da Mesa – quero estar lá para conhecer, para ver se isso pode ser acrescentado ao Parlamento, ao Executivo e, principalmente, à Cidade, através de projetos que nós sabemos que, muitas vezes, não avançam, porque se tornam extremamente polêmicos. Quero falar da alegria dos meus colegas integrantes da Mesa que assumiram alguns compromissos conosco. O Ver. Todeschini reuniu os nossos melhores técnicos aqui da Câmara; ele formou um Grupo de Trabalho que vai constituir uma Comissão, designada pela Presidência – na próxima semana, o Ver. Todeschini está me reafirmando –, para que possamos avançar numa Casa sustentável, numa Casa que pense permanentemente na sua economia de energia, de consumo de água, de papel, na informatização de processos, de memorandos. E que possamos dar exemplo àquilo que, muitas vezes, construímos aqui em legislação, mas não colocamos em prática, ainda, nesta Casa. Eu quero dizer do entusiasmo do Ver. Todeschini e de outros Vereadores, de servidores aqui desta Casa, porque sabemos que podemos dar um grande exemplo em relação à sustentabilidade.

Tenho conversado também com muitos servidores desta Casa, principalmente com o nosso setor de Segurança. Publicamente, já anunciamos que queremos fazer melhorias em relação à Segurança da Casa. A Mesa Diretora quer conversar também com o colégio

de Líderes, para que possamos fazer melhorias que venham a dar tranquilidade para aqueles servidores, que possam garantir a segurança, que possam garantir o ir e vir, que possam garantir o contraditório. Então, que possamos aqui avançar nesse sentido, porque sabemos dos riscos; sabemos que, num passado recente, tivemos aqui arrombamentos em gabinetes, no restaurante, em setores da Casa, e isto não é mais possível.

Que bom que a Casa tem um trânsito de mais de cinco mil pessoas por semana! Que bom que a Casa está movimentada, que bom que a Casa tem chamado debates que permitem a presença permanente da população, mas temos o compromisso de garantir uma segurança melhor aos nossos servidores.

Por fim, quero comunicar aos nossos servidores, e este é um compromisso que foi feito ainda no ano passado – saúdo a nossa ex-Presidente, Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, que chega ao plenário –, quando garantimos 5% de aumento real de ganho aos nossos servidores devido a perdas passadas, que foi pago em duas parcelas de 2,5% no ano passado; e garantimos mais uma parcela para este ano, no mês de fevereiro, baseado no crescimento da arrecadação do Município, baseado na anuência da nova Mesa Diretora, e, também, respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal. Também haverá a contratação de funcionários oriundos do novo concurso, que ainda está em período de correção de provas e encaminhamento para sua finalização. Mas eu quero dizer, com muita alegria, que a Mesa Diretora garantiu o aumento de 2,5%, prometidos no ano passado, aos nossos servidores municipais.

É dessa maneira que eu finalizo, desejando a todos nós um 2012 de muito trabalho, e que possamos encarar os desafios que teremos pela frente. Sabemos que a Cidade vive um momento de grandes transformações, principalmente de investimentos públicos, de obras essenciais para a Cidade, e esta Casa terá um papel fundamental na mediação, na fiscalização e no bom debate.

Um 2012 repleto de trabalho e dedicação a todos nós. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Caro Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores presentes, a nossa saudação a todos. Gostaria de dizer da

importância de estarmos começando hoje as Sessões plenárias neste início de jornada de 2012. Quero trazer a minha saudação a todos. Hoje nós recebemos, na Pauta do dia, quatro Projetos de Lei: dois Projetos do Executivo e dois Projetos do Legislativo. Desses quatro Projetos, com muita satisfação e até orgulho para mim, dois – um do Legislativo e um do Executivo – mexem em leis aprovadas no Município, que foram de minha autoria. Quero dizer da importância desses Projetos, e cumprimentar o Ver. Adeli, que propõe a alteração em um deles; e cumprimentar o Prefeito, que propõe uma série de modificações no segundo.

Eu apresentei o primeiro Projeto, lá em 1992, para que a pessoa ostomizada, ou seja, aquela pessoa que sofreu cirurgia e que carrega a bolsa coletora, pudesse ingressar pela porta da frente dos ônibus, porque elas tinham um grande problema em atravessar a roleta dos ônibus, o que podia deslocar a bolsa coletora. Esse Projeto foi aprovado lá em 1992, e agora o Ver. Adeli propõe uma alteração. Na época, a pessoa entrava pela porta dos fundos do ônibus e saía pela frente, então a ideia era fazer com que o ostomizado ingressasse pela porta da frente. Agora, o Ver. Adeli Sell propõe que se mude a sistemática de ingresso da pessoa ostomizada nos ônibus. Tem o meu apoio; acho que é um Projeto importante que modifica e dá funcionalidade, novamente, àquele meu Projeto de 1992 – lá se vão 20 anos.

O segundo Projeto é de autoria do Prefeito Municipal – do Executivo –, que propõe a autorização para que o Executivo antecipe doações de recursos ao Fundo Municipal do Idoso. Acredito que seja pioneiro no Brasil, mas nós, aqui na Câmara, por Projeto de minha autoria, aprovamos a instituição do Fundo Municipal do Idoso, aos moldes do que temos hoje, o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente. O que acontece? Nós temos proposta, a partir dos estatutos que surgiram no País – o Estatuto da Criança e do Adolescente, o do Idoso, etc... –, hoje é possível, em Porto Alegre, fazerem-se doações de recursos ao Fundo Municipal do Idoso de Porto Alegre e descontar esse valor do Imposto de Renda. O que faz o Executivo, Ver. João Dib? Como faz o Executivo Municipal e o próprio Estado para o Fundo da Criança? O Executivo antecipa o recurso para o Fundo, e depois, na compensação, o Executivo desconta do servidor público ativo e inativo municipal – isso é feito para o Fundo da Criança no Município e no Estado.

O Município de Porto Alegre sai na frente, apresentando esse Projeto; esperamos que o Estado do Rio Grande do Sul copie essa ideia, estimado Ver. Oliboni, logo Deputado,

fazendo com que o Estado pague e depois desconte do servidor o valor pago. Um abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. ALDACIR JOSÉ OLIBONI:** Nobre Presidente dos trabalhos, Ver. Carlos Todeschini; colegas Vereadores, Vereadoras, público que acompanha a nossa Sessão no dia de hoje, inicialmente, eu gostaria de saudar o Sr. José Freitas, do PRB, futuro Vereador desta Casa, que já está tratando da transição com este Vereador, pela minha ida para a Assembleia. Seja bem-vindo, José Freitas!

Eu queria, também, saudar todos os cidadãos e cidadãs que percebem uma nova direção no Legislativo de Porto Alegre, além de uma nova Mesa Diretora, com a presidência do Ver. Mauro Zacher. Nós, enquanto Bancada do PT, queremos não só compartilhar a presença do nosso colega Ver. Carlos Todeschini, que está na Mesa, mas também dizer que é muito importante o Legislativo ser valorizado.

Eu estava aqui ouvindo atentamente algumas ideias do novo Presidente e percebendo que aproximar o Executivo do Legislativo é valorizar os Vereadores, que nem sempre são valorizados. Aqui se decide a Cidade, não só na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias –, como na Peça Orçamentária, e, muitas vezes, os Vereadores não são ouvidos devidamente pelo Executivo; alguns projetos votados por unanimidade nesta Casa são vetados, e é trazido o veto novamente a esta Casa.

É muito importante o Legislativo ser valorizado pelo Executivo, não só porque alguns são oposição, mas no conjunto dos Vereadores nós representamos a Cidade de Porto Alegre. Alguns assuntos são muito pontuais e trazem uma enorme reivindicação ou um apelo popular, como é a questão do transporte coletivo na nossa Cidade, inclusive trazida aqui, neste momento, pela Força Sindical, que na quinta-feira, da próxima semana, estará aqui abordando o tema, inclusive propondo até uma CPI, o que nós achamos ser importante, sim, ter uma Comissão Especial que trate do assunto, porque, no próximo ano, teremos, quem sabe, uma nova licitação para o transporte coletivo em Porto Alegre.

Ouvimos que a passagem será reajustada, e quem paga a passagem? É uma situação muito delicada, porque o trabalhador não teve reajuste salarial, e, muitas vezes, é sobrecarregado pelo reajuste de uma tarifa pública.

Aproximar o Legislativo da sociedade é fazer, por exemplo, como fez a nossa querida colega Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, na Legislatura passada, com o Câmara no Ônibus e com o Câmara na Comunidade, ouvindo a população e percebendo qual a sua reivindicação e por que, à vezes, a imagem dos políticos está muito distante do ideal; muitas vezes, somos criticados exatamente porque não vamos *in loco* ouvir a população. Só o Orçamento Participativo não resolve o problema da Cidade, porque são muito poucos os recursos destinados a tantas obras que têm que acontecer na Cidade. É preciso, sim, valorizar o Legislativo, mas fazer com que o Executivo valorize os Vereadores nas suas ideias, porque não precisa enfrentar o debate só lá na Peça Orçamentária, pode ser feito antes, com audiências públicas. Acredito que a ideia de trazer aqui o Prefeito e os Secretários ajuda-nos a construir essa relação, porque, às vezes, é preciso convocar um Secretário para uma Comissão, porque ele não vem ao Legislativo; muitas vezes, nós os convidamos para vir a este plenário e muitos deles até aceitam, porque é prerrogativa da vontade do Secretário vir aqui para dar alguma satisfação a respeito de algum serviço que não anda ou que é muito lento na Cidade. Por exemplo, por mais que façam na área da Saúde, sempre há algo a fazer, e fica muito distante essa necessidade da população de ter a resolutividade imediata.

Portanto, neste ano, a Bancada do PT fará uma oposição responsável, capaz de apontar os gargalos dos problemas da Cidade, sempre pensando no todo, no conjunto dos cidadãos e das cidadãs. É por isso que nós, neste início de ano, queremos, em nome da Bancada, saudar a Mesa Diretora, os Vereadores e a população, e dizer que nós, do Partido dos Trabalhadores, estaremos sempre atuantes e vigilantes nas causas principais da nossa Cidade.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. Paulinho Rubem Berta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. PAULINHO RUBEM BERTA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, todos os que nos assistem nas galerias e aqueles que nos assistem em casa, como todos

sabem, eu sou oriundo do Orçamento Participativo. Fui delegado, fui conselheiro, presidente de associação de bairro, de um dos bairros que mais necessita de investimento na Cidade. Por lá começamos uma grande luta, Presidente, na busca das obras necessárias, pois nós éramos fruto de uma ocupação.

Durante todo o ano de 2004, a comunidade mobilizou-se, com a participação também deste Vereador, na época em que era delegado do Orçamento Participativo, e priorizamos uma obra lá, uma delas, que era o acesso ao Núcleo 18 do Rubem Berta. Isso foi no ano de 2004. Passaram os anos de 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, e a obra não tinha sido realizada. Nós todos fizemos, de certa forma, uma pressão pacífica, mas que buscava recuperar aquele investimento que tinha sido conquistado pela comunidade e que não seria nenhum favor se fosse aplicado na conclusão da obra.

Foi necessário que buscássemos, em 2011, através do Secretário Cássio Trogildo, a compreensão e a sensibilidade do Prefeito José Fortunati, para que essa obra valorizasse e fizesse justiça aos moradores que foram, por diversas noites, às reuniões do Orçamento Participativo. Isso envolveu uma luta muito grande, que vem ocorrendo há muito tempo.

Graças a Deus, hoje, com muito orgulho, quero comunicar aos moradores do Núcleo 18 – acesso 18 – do Rubem Berta, que foi assinado o início das obras pelo Prefeito José Fortunati e pelo Secretário Cássio Trogildo. Na ocasião, tivemos a presença de vários Secretários e Vereadores, como o Ver. DJ Cassiá, o Ver. Alceu Brasinha, o Ver. Luciano Marcantônio – se não me engano –, quando foi assinada a licitação e a liberação da obra do Núcleo 18.

Então, quero comunicar aos moradores do Núcleo 18, que batalhamos e lutamos durante todos esses anos, mas chegamos lá. Provavelmente, não deve demorar muitos dias para iniciar essa obra, para a qual se fez justiça. Este Vereador quer aqui, de público, agradecer ao Prefeito José Fortunati, ao Secretário Municipal de Coordenação Política e Governança Local, César Busatto, que foi ao Eixo Baltazar e garantiu a recuperação das obras atrasadas do Orçamento Participativo. Fizemos muita luta.

Temos mais uma obra recuperada, que é o Posto de Saúde da Rua Professor Augusto Osvaldo Thiesen, que, se Deus quiser, na metade do ano, será iniciado. Então, a nossa luta não foi em vão, foi recompensada pela sensibilidade do Executivo, das Secretarias, por esta Casa e por todos, principalmente pelos Delegados e Conselheiros do Orçamento Participativo, que trabalharam incansavelmente na busca pela sensibilização de todos os envolvidos, para que se recuperasse o investimento que nós já considerávamos perdido.

Quero agradecer por esse trabalho. Muitas vezes, venho a este microfone para fazer algumas críticas, mas, desta vez, quero reconhecer o trabalho de quem trabalha. Obrigado ao Orçamento Participativo; obrigado à Gerência do Orçamento Participativo; obrigado aos Delegados do Orçamento Participativo; obrigado ao Executivo, que é a Prefeitura Municipal de Porto Alegre; obrigado ao Secretário Cássio Trogildo. Fez-se justiça, mais uma vez. Então, não vamos dizer que a periferia não está sendo lembrada. Está, sim! Enquanto esta Casa permanecer tendo lideranças comunitárias como tem, Vereadores como temos, nós estaremos sempre trabalhando para que injustiças não sejam cometidas com aquelas pessoas que, muitas vezes, no frio, na noite, no inverno, na chuva, vão para o OP e lá batalham, priorizam e buscam no voto o investimento. No momento em que constroem lá esse investimento, não é mais uma decisão de se vão fazer ou não: essa é uma conquista da comunidade, e como tal tem que ser executada e não pode ser mais retardada ou atrasada. O Orçamento Participativo, para se fortalecer, precisa estar em dia com as suas obras em qualquer região de Porto Alegre, e nós vamos estar sempre atentos, na cobrança, mas reconhecendo também o trabalho de quem trabalha.

E digo mais uma vez: o Rubem Berta jamais ficará acomodado. Lá existem lideranças, pessoas, cidadãos, que saem de manhã, mas não têm medo de ir à noite para o OP, para buscar os seus direitos. Por isso, mais uma vez, agradeço a todos e agradeço aos Vereadores desta Casa por terem muitas vezes apoiado as nossas iniciativas aqui. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. Mario Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. MARIO FRAGA:** Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público das galerias, público que nos assiste pela TV Câmara, nós estamos falando em nome da Bancada do PDT. Hoje estou representando o nosso Líder, o Ver. Dr. Thiago Duarte, que está na posse do Presidente do Tribunal de Justiça, o Sr. Marcelo Bandeira Pereira. O Ver. Dr. Thiago está representando a Bancada do PDT na posse do Dr. Marcelo Bandeira Pereira. Eu vou começar o meu discurso pelo fim do discurso do Ver. Paulinho Rubem Berta. Estivemos juntos, hoje, numa Plenária do Orçamento

Participativo que houve hoje na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, coordenada pelo Prefeito José Fortunati. Ver. Idenir Cecchim, todo o Orçamento Participativo da cidade de Porto Alegre, diversos Partidos – eu conheço muita gente, não conheço todos, mas estavam todos os Partidos ali representados –, e o Prefeito Fortunati assinou a Ordem de Serviço de 20 novas pavimentações de ruas em Porto Alegre. Em especial, este Vereador esteve lá porque era uma reivindicação talvez tão antiga como a do Ver. Paulinho Rubem Berta, que falou aqui na tribuna, que era o nosso Beco da Vitória. No Beco da Vitória, há uns 18 anos, estava faltando um trecho que vinha sendo feito – ex-Vereador Valdir Fraga, que é da nossa Região –, em partes, e hoje pela manhã, o Prefeito Fortunati assinou a Ordem de Serviço. É uma reivindicação antiga da nossa comunidade, de líderes comunitários do Bairro Lajeado, da Boa Vista e do Lami, para que essa obra fosse feita. Era um dos últimos cruzamentos, interligações – Ver. Todeschini, V. Exa. que conhece bem lá. Inclusive, falando em diversos Partidos, a companheira Dona Geni com certeza estava lá na plenária do Orçamento Participativo. Então, aquela é uma das últimas travessias que faltava para que todo o asfalto em torno de Belém Novo fosse possível se chegar sem andar no chão batido.

Mais uma vez, eu queria mandar um abraço ao Secretário Cássio, que trabalhou junto conosco, para que essa obra se tornasse realidade. O Secretário Cássio sempre tem sido elogiado aqui nesta tribuna, em especial de minha parte. Eu queria congratular-me também com o Ver. Paulinho Rubem Berta pelo discurso que fez em relação à sua Região do Rubem Berta. Estamos contentes pelo Beco da Vitória.

Também gostaria de parabenizar e desejar boa sorte ao meu companheiro de Partido, Ver. Mauro Zacher, que assumiu a presidência desta Casa, o ano Legislativo que começa hoje, desejar-lhe boa sorte, porque ele vai precisar; é uma Casa pluripartidária, então, que ele tenha uma boa gestão.

Eu queria dizer que amanhã de manhã estaremos na procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, que ocorre em Belém Novo. Aqui, ocorre a tradicional, mas nós, em Belém Novo, fizemos todos os anos, a nossa procissão em homenagem a Nossa Senhora dos Navegantes. E para a nossa satisfação, Dom Dadeus Grings esteve na missa, na segunda-feira, para começar os trabalhos da procissão que será realizada amanhã, Ver. João Antonio Dib. É uma volta ao passado: em Belém Novo sempre foi por água, e amanhã, depois de mais de 15 anos sem ser por água, volta a ser por água a procissão de Belém Novo. Então, no Leblon, na beira da praia, amanhã, às 9h, a Santa estará

chegando de barco, da marina do Lami, da marina do Jorge Lessa, até Belém Novo, onde será rezada uma missa campal. Convidamos todos, então, para amanhã, às 9 horas.

Quero agradecer também, por último, o Vanderlei Cappellari, que, depois de mais um acidente fatal na curva da morte, está colocando, Ver. DJ Cassiá, um controlador eletrônico na frente do aeroclube, na frente do Terra Ville, Ver. Todeschini, V. Exa. que passa seguidamente naquela curva em que já perdemos diversos amigos. E, por último, agora, um companheiro nosso, um amigão, o Ba, e depois disso começamos a trabalhar para que fosse colocado um controlador eletrônico, junto com outras lideranças. Inclusive, o Presidente da Associação dos Moradores do Balneário Arado Velho, o nosso amigo Dinar, trabalhou bastante em cima disso, e, para nossa felicidade, hoje já estão colocando e deve entrar em funcionamento, em seguida, de 10 a 15 dias deverá estar funcionando lá.

E, mais uma vez, quero dizer que a estrada do Lami está totalmente pavimentada. Muito obrigado, Prefeito, e muito obrigado, Secretário Cássio Trogildo. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. SOFIA CAVEDON (Requerimento):** Cumprimentando todos Vereadores e Vereadoras, solicito a inclusão na Ordem do Dia do PR nº 003/11, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao jornalista André Luiz de Mello Machado.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** Em votação o Requerimento, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, que solicita a inclusão do PR nº 003/11 na Ordem do Dia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

**APROVADO.**

O Ver. Luiz Braz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. LUIZ BRAZ:** Ver. Carlos Todeschini, na presidência dos trabalhos; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras, senhores, eu, antes de entrar no plenário, me encontrei com o Janta, da Força Sindical – e acho que o grupo do Janta está presente –, que trazia um documento para que esta Casa se voltasse à análise das passagens de ônibus aqui em Porto Alegre. Conversava com o ele no sentido de fazê-lo entender que

as CPIs nesta Casa, Ver. Idenir Cecchim, foram completamente desmoralizadas. Não há como se fazer nenhum tipo de verificação, de investigação através de CPIs. As CPIs imediatamente se transformam em instrumento nas mãos da oposição, que não quer investigar absolutamente nada; quer apenas torpedear o Prefeito Municipal e sua Administração. Então, eu sou contrário à instalação de CPIs, Ver. João Antonio Dib, exatamente por causa disso. Eu acho que a Casa tem mecanismos outros que podem ser acionados para fazer verificações. Até porque, quando se fala em tarifa do transporte coletivo, a gente está falando em alguma coisa que é baseada numa tabela, que é aprovada por lei, e eu acho que, se quiserem mudar alguma coisa, tem que se fazer uma reanálise da tabela. Eu acho que a sociedade toda seria bem-vinda para fazer uma análise da tabela que já existe, que já foi votada aqui em tempos idos; há décadas que foi votada a fórmula de se calcular a tarifa aqui em Porto Alegre. Eu queria fazer esse registro em consideração ao Janta, que veio aqui com seu grupo.

Mas hoje eu queria voltar-me a essa visita que a Presidenta Dilma fez a Cuba. Lá em Cuba, nós ficamos sabendo, através dessa visita, porque isso tinha sido muito pouco divulgado anteriormente, que o Brasil está ajudando na construção de um porto, gastando alguns milhões para que esse porto possa ser feito; é uma empresa brasileira, e quem está pagando essa empresa brasileira é o próprio Brasil. Então, estamos dando um presente para os cubanos, para que se mantenha aquele regime discricionário, que não trata as pessoas com igualdade, que enriquece alguns e mantém a grande maioria empobrecida. E também, as notícias hoje nos dão conta, que a Presidenta Dilma abriu uma linha de crédito para que os cubanos comprem alimentos, no valor de 350 milhões. Ora, quem vai pagar isso tudo é o povo brasileiro, porque não será do bolso da Dona Dilma, nem lá do cofre do Ademar de Barros, nem de nenhum lugar que vai sair esse dinheiro, vai sair do bolso do povo. Então, quando você tiver um mau atendimento no serviço público, na Saúde, quando você estiver com dificuldades para adquirir a sua casa própria, se estiver com dificuldades para aumentar o seu salário, lembre que tudo isso é em virtude de nós, Ver. Mario Manfro, Líder da minha Bancada, estarmos ajudando o regime cubano, dando dinheiro vivo para o regime cubano, assim como já demos dinheiro vivo para muitos outros regimes.

Então, tudo aquilo que o povo brasileiro passa de necessidade e até essa incapacidade que o Governo tem de pagar melhores salários para o nosso trabalhador, dar uma melhor previdência para o trabalhador que já se cansou de trabalhar e precisava realmente de

uma acolhida melhor por parte do Poder Público, toda essa desgraça que se abate sobre o brasileiro deve-se a essa dadivosa política externa que é empreendida hoje pelo Governo brasileiro.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. DJ Cassiá está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. DJ CASSIÁ:** Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dar os parabéns à nova Mesa Diretora, saudar todos, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Ver. Mario Fraga, quando as coisas são boas, devemos comunicar à sociedade. Eu não tenho dificuldade de falar de nenhum Governo quando o Governo é bom, mesmo não sendo do meu Partido. Agora, é lamentável que se troque uma vida por uma sinaleira; é lamentável. Primeiro vai-se uma vida para depois colocarem uma sinaleira! É uma troca injusta!

Eu quero dizer aqui ao senhor, Ver. Mario Fraga – estava escutando o seu pronunciamento –: independente de Governo e de Partido, eu defendo primeiro a sociedade; eu fui eleito para defender a sociedade!

Ver. Mario Fraga, em frente ao nº 10.025, da Av. Edgar Pires de Castro, ainda vai acontecer uma tragédia; o senhor sabe muito bem, e o Ver. Reginaldo Pujol também conhece aquela região. Ainda vai acontecer uma tragédia! Para que se instale lá uma sinaleira, vai ter que acontecer, infelizmente, uma tragédia!

Se um Vereador vai até o Secretário, faz um pedido em nome da sociedade e, depois de meio ano, não tem uma resposta, imaginem o povo quando vai pedir! O tempo, às vezes, é curto, Ver. Mario Fraga, a gente não sabe o que é que acontece ali adiante. Mas em relação a esse número que eu estou informando neste momento, se não for tomada uma providência imediatamente, infelizmente vai acontecer o que aconteceu na sua região. Infelizmente! E eu estou desde o ano passado pedindo. Eu peço uma, duas vezes; na terceira, eu não peço mais!

Eu quero aqui, Ver. Aldacir Oliboni, agradecer e dar parabéns ao nosso Prefeito, por ter assinado ontem a nossa Lei da meia-entrada. A Lei da meia-entrada para grandes espetáculos não existia. Existia a Lei, só que a Lei diz que para ter direito à meia-entrada deve haver mais de uma exibição de grande espetáculo na Capital. Nunca isso iria acontecer! Jamais ia acontecer a meia-entrada para grandes espetáculos, e, através da

Lei que foi aprovada aqui no final do ano e sancionada pelo Prefeito, agora, sim, independente do número de grandes espetáculos, o estudante, o jovem tem direito à meia-entrada! Quero aqui, então, agradecer ao Prefeito.

E quero, para concluir, Sr. Presidente, dizer que ontem a minha Bancada se reuniu com os nossos Secretários – fizemos um café da manhã aqui na Casa, para traçarmos as atividades para este ano, e uma delas é corresponder ao chamado de qualquer Parlamentar desta Casa, atender imediatamente. Eu quero só comunicar, porque já ouvi aqui que alguns falaram que os Secretários não vêm.

“Só quero ser feliz, andar tranquilamente na favela onde nasci”. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. JOÃO ANTONIO DIB:** Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, meus senhores e minhas senhoras; uma frustração: a regulamentação da Emenda nº 29 no Senado Federal, que representa os Estados brasileiros e que colocou uma série de encargos para os Estados. Esqueceram que deveriam dar 10% da arrecadação tributária da União para a Saúde; resolveram da maneira mais simples: o mesmo valor do ano anterior acrescido da variação do PIB. Quer dizer, para o ano de 2012, como o PIB não teve uma variação expressiva, não vai ter senão o mesmo valor que o ano passado. Portanto, frustrou-me, esperava-se que se resolveria com tranquilidade o problema da Saúde no País, porque quem mais arrecada é a União. É verdade que paga R\$ 250 bilhões de juros da dívida interna, enquanto mantém dólares no Exterior – e recebe 2% de juros; aqui paga mais de 10%.

Uma ironia; o problema da agricultura familiar no Brasil está resolvido. Está tão resolvido que a nossa Presidente está levando US\$ 70 milhões para Cuba, para lá resolver o problema da agricultura familiar. Estão sobrando dólares neste País, menos para a Saúde; para o resto está sobrando.

E eu ouvi o Ver. Luiz Braz falar da sua contrariedade quanto à instalação de uma CPI em relação às tarifas. Eu acho que é uma brincadeira, honestamente! O Vereador está correto no seu posicionamento. Em primeiro lugar, porque, 48 horas depois de assinado o

Decreto, chega na Casa o estudo completo das tarifas, e eu não tenho conhecimento de Vereador que o tenha analisado. Tem todos os detalhes para serem examinados; então, não há razão nenhuma de fazer Comissão de Inquérito em torno do problema, a não ser razões políticas.

Em segundo lugar, um pouco mais de 3,5% desses 5,5% que aumentaram na tarifa – inferior aos 6,5% da inflação – foi em relação ao aumento dos servidores, da folha de pagamento dos que trabalham no transporte coletivo.

Então, eu acho que nós estamos brincando de fazer CPI com interesses políticos, sem nenhuma outra razão. Mas, de qualquer forma, eu asseguro que, dentro do período legal, estará aqui na Casa o Processo, à disposição de todos os Vereadores para um exame aprofundado daquilo que acontece com a reposição dos custos da tarifa do ônibus. Não tem nada para esconder de ninguém.

Eu fui Secretário de Transportes duas vezes; fui Prefeito e, enquanto Prefeito, a Câmara entendeu que a ela cabia fazer o reajuste das tarifas. Como Prefeito, nós ajustávamos abaixo da inflação, e a Câmara ajustou acima da inflação. Agora, voltou o encargo para o Executivo e parece que a coisa vai bem: nós temos uma frota de ônibus da melhor qualidade; o que nós precisamos é de um escalonamento de horários para dar melhores condições de circulação dessa frota que está aí. Isso eu acho que precisava ser discutido e tratado, e não apenas encarar o problema politicamente, o que não leva a lugar nenhum, porque, como eu disse, nós vamos receber todo o estudo, com todos os dados levantados; não tem nada escondido.

Então, acho que há uma frustração, uma ironia, e uma brincadeira. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO:** Presidente Todeschini, colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores que nos dão o prazer de participarem deste debate aqui, vou dar continuidade ao tema da exposição do Líder da situação, Ver. João Antonio Dib.

O tema do transporte público de Porto Alegre é uma responsabilidade tanto do Executivo quanto deste Legislativo. Toda vez que é proposto um aumento das passagens, é gerada

uma polêmica na cidade de Porto Alegre: há aqueles que estão satisfeitos, há aqueles que estão insatisfeitos, há os beneficiados, e também há aqueles, principalmente os seus usuários, que atestam que o transporte público está muito aquém daquilo que a Cidade precisa.

Hoje, nós recebemos um conjunto de lideranças sindicais, coordenados pela Força Sindical, que trouxe um documento, entregue a esta Casa, solicitando a instalação de uma CPI do Transporte Coletivo de Porto Alegre.

Bem, esta Casa é a Casa do Povo, é a Casa que dá ressonância às potencialidades e aos conflitos da Cidade.

Hoje, todos os noticiários da Cidade trataram deste tema, e eu inclusive ouvi o Prefeito José Fortunati, que dizia que há uma ampla participação da sociedade e da Câmara de Vereadores. Eu quero registrar que, nestes sete anos em que estou aqui, nunca participei de nenhum debate que avalizasse o aumento das passagens, ou que analisasse a estrutura que compõe o valor da passagem. Existe uma sistemática, existe uma estruturação, existe uma determinação? É verdade, existe. Há quantos anos foi feita essa sistemática, essa reestruturação, que foi feita, inclusive, na gestão dos meus governos? Se já passou tanto tempo e existe esse questionamento, será que não está no momento de este Legislativo provocar um debate, fazer uma reanálise dessa sistemática? Há 20 anos, havia a crise do petróleo, a conjuntura era outra; o Brasil era um grande devedor do Fundo Monetário Internacional. A cidade de Porto Alegre não estava tão expandida, e hoje a cidade de Porto Alegre não cresce em território proporcionalmente à sua concentração urbana, inclusive com uma falta fantástica de planejamento e de sistema de transporte público. Portanto, esse debate tem que ser feito por esta Casa, sim; tem que ouvir a sociedade, tem que analisar todos os elementos que compõem essa planilha de custos, para verificarmos se elas estão atualizadas ou não; tem que se verificar todos aqueles que recebem isenção, já que isso reflete no custo da passagem. E aqui, meu querido Ver. João Antonio Dib, não estou fazendo um discurso fácil, não, sob o ponto de vista da lógica de aproveitar o momento, estou dizendo que esta Casa merece debruçar-se sobre o tema e analisá-lo com profundidade, inclusive para contribuir, para dar ressonância a esses setores da sociedade que querem mais esclarecimentos sobre o mecanismo e sobre a sistemática da aprovação do reajuste das passagens. O aumento foi menor que a inflação, foi de 5,6%, é verdade; mas isso não é uma questão deste momento. Portanto, aproveitando e sugerindo a esta Casa, protocolei um Requerimento

que virá a este Plenário para debate, propondo – não uma CPI, porque acho que isso não é caso de CPI – uma Comissão Especial para que nós possamos nos debruçar paritariamente na análise do reajuste das passagens em Porto Alegre. Que isso venha para qualificar o sistema de transporte público! Um grande abraço. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

**O SR. JOÃO ANTONIO DIB:** Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, meus senhores e minhas senhoras, inicio o meu pronunciamento pelo final do pronunciamento do Nobre Ver. Engenheiro Comassetto. Ele diz que a Casa merece aprofundar-se no tema tarifário. Eu não acho que ela mereça; a Casa deve fazer isto! Ele mesmo disse que durante sete anos não tomou conhecimento, não participou do debate; na realidade, nesses sete anos, todos os anos – e ano passado eu trouxe aqui para esta tribuna e mostrei: aqui está o estudo para quem quer fazer análise, para quem deve aprofundar-se no tema e saber a realidade do transporte nesta Cidade.

Como isso aconteceu? Nós temos uma longa história. Eu comecei a cuidar do transporte coletivo nesta Cidade em 1956. Naquele tempo não se calculava tarifa. A primeira vez em que calculamos tarifa foi no ano de 1958; esse primeiro cálculo foi sendo modificado ao longo do tempo, inclusive depois da intervenção desastrosa no transporte coletivo feita pelo Partido dos Trabalhadores, na Administração Olívio Dutra, que deu o *plus* tarifário, que deixou a frota se deteriorar, enfim, quando as coisas todas aconteceram. E esse *plus* tarifário não foi por lei, não foi por ato do Prefeito; foi por ato de um Secretário, que não era o de Transporte. Então, realmente, ficou difícil. Agora, acho que o Ver. Comassetto tem razão, e eu vou reforçar a solicitação dele: vamos analisar. Esta semana chegam a esta Casa os estudos que originaram a nova tarifa. Ora, nós sabemos que os pneus não custam a mesma coisa que custavam no ano passado; nós sabemos que os veículos – os chassis – não custam a mesma coisa que custavam um ano atrás; nós sabemos, e é público, que os motoristas, cobradores, todo o pessoal de tráfego ganhou 7,5% de aumento de salário e mais o aumento do vale-alimentação; nós sabemos que tudo – quem tem automóvel sabe –, custa mais caro. Não se trata de ter ou não ter o combustível. Nós, há pouco tempo, exportávamos gasolina, agora estamos importando

gasolina, e a nossa Petrobras faz uma imensa propaganda. Então, não se trata de nada disso.

Agora, querer fazer CPI num fato que nem alisamos, acho que era brincadeira! E eu não fiz por mal, nem por desrespeito, mas foi por falta de entender onde se pudesse encontrar uma razão, quando nós temos toda a documentação para analisar. E a verdade seja dita: eu não conheço Vereador que tenha analisado o cálculo tarifário, que vem todas às vezes acompanhando o Decreto do Prefeito; eu não conheço. Se tiver um no Plenário, por favor, que me diga que fez. Aí, então, temos o dever de dizer à população: o cálculo está certo, o cálculo está errado; a fórmula de calcular tem de ser mudada – isso nós devemos fazer. Isso seria atribuição da Comissão Especial, pelo menos é o que eu entendi que o Ver. Comassetto pretende. Bom, vamos analisar, talvez alguma coisa esteja equivocada.

Quando nós podemos ver que o aumento dos trabalhadores do transporte representou mais da metade – muito mais da metade –, 55% do aumento tarifário, então acho que não tem muita coisa para ser discutido. Eu não estou fugindo do debate, não estou preocupado, estou saindo da Câmara Municipal. Hoje pela manhã ainda disse que tenho apenas 335 dias para ficar aqui, e, vou dar graças a Deus quando eles passarem.

Então, não tenho nenhuma preocupação política, nenhuma preocupação diferente, eu quero a verdade. Estou à disposição, e quero ver examinado, quando entrar aqui nesta Casa, o Projeto que determinou o aumento tarifário. Aí, então, eu posso conversar com tranquilidade com os demais Vereadores. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, estou feliz em revê-los hoje, depois do recesso. Os senhores devem estar preocupados com o tamanho do encarte que tenho às mãos aqui, mas esse é o verdadeiro tamanho que a imprensa cubana está dando para a visita da nossa Presidente Dilma, lá. É uma injustiça o que diz esse jornal Granma, de Cuba, referindo-se à visita da Presidente. Depois de ter dado tanto dinheiro para eles, Vereadores João Dib e Luiz Braz, a Presidente resolveu o problema da Agricultura – eu queria dividir esses 70 milhões pelo número de agricultores que há em Cuba, são poucos; dá muito mais do que esses agricultores das barragens

aqui que estão pedindo há tantos anos alguma coisa. Agora, o jornal oficial do Partido Comunista de Cuba diz o seguinte, dando destaque à visita da Presidente Dilma, e apresenta o Brasil como: “É sinônimo de samba, carnaval, futebol e telenovelas. É também mescla esquisita de culturas, um pitoresco cenário que hoje se projeta com muita força no Exterior”. É assim que o jornal de Cuba vê o Brasil, uma mescla esquisita de culturas, e nós vamos lá levar dinheiro, fruto do nosso trabalho! Eles não sabem que aqui é uma mescla de trabalhadores que sofrem, que pagam impostos, que sustentam essa turma que está no Poder e esnoba, viajando – nunca se viajou tanto, nunca se gastou tanto com diárias e passagens com os camaradas que estão no Poder! E aí o jornal de Cuba dá essa baita notícia, para dizer como eles enxergam o Brasil! E nós vamos lá babar. Antes foi o Governador Tarso Genro – que em Cuba ninguém ficou sabendo que ele foi lá –, mas ele escolheu Cuba, porque lá não tinha seca, a seca estava aqui no Rio Grande do Sul; quando ele soube que começou a chover aqui, ele voltou de Cuba, mas deixou o Vice-Governador aqui tentando fazer chover, dando explicações, essas coisas todas. Mas o que ele fez na semana passada? Recebeu, no Palácio, o Cesare Battisti, que assassinou algumas pessoas lá na Itália, e foi julgado pela lei italiana – e não foi pelo governo italiano, pelo Berlusconi, como o Governador Tarso Genro disse, quando viu que tinha feito uma baita burrada, recebendo esse assassino no Palácio. Acho que os que são corruptos a gente tem que falar que são, mas não culpar os que não são. Ninguém sabia, isso foi antes, bem antes do Berlusconi que aconteceu tudo isso. O Governador fez isso, e, quando tentou se explicar, explicou mal, muito mal, deixando aqui todos abismados, pensando: como é que o Governador Tarso Genro, depois de ter acontecido esse episódio, ainda insiste em se defender? Ao contrário, aconselhou o Cesare Battisti a aproveitar a liberdade que o povo brasileiro, gentilmente, está dando para ele viver aqui e trabalhar.

Aproveito este momento para pedir que todos os políticos que amanhã forem à Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, independente de qualquer Partido, olhem para aquele povo que vai estar caminhando, saindo da Igreja do Rosário, atravessando a Av. Castelo Branco – essa mesma Avenida cujo nome queriam trocar –, muitos descalços, muitas pessoas para pagar promessas, muitas para pedir saúde, a mesma saúde que o Governo não dá para a população. O povo pobre vai lá e paga promessa para a santinha, para a Nossa Senhora dos Navegantes, da qual somos devotos.

Então, peço que todos os políticos que caminharem amanhã, nessa Procissão, olhem para os pobres que estão pagando promessa e lembrem de pagar as promessas que fizeram na campanha. Espero que o Governador Tarso Genro pague as suas promessas, principalmente aquela de criar os albergues para quem precisa, para aqueles que vêm do Interior, que ele não cumpriu.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** Não temos mais Lideranças inscritas.

(15h57min.)

Havendo quórum, passamos à

## **ORDEM DO DIA**

Solicito ao Vice-Presidente desta Casa, Ver. Haroldo de Souza, que assuma a presidência dos trabalhos.

(O Ver. Haroldo de Souza não assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. TARCISO FLECHA NEGRA (Requerimento):** Obrigado, Sr. Presidente. Desde o ano passado, o relógio da minha mesa precisa ser arrumado. Por isso, não registra diretamente a minha presença, mas estou presente.

Sobre a Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, eu a acompanho há muitos e muitos anos. Vou atrás, acompanhando e vejo tudo aquilo que o Ver. Cecchim falou: as pessoas caminhando e pagando as suas promessas. Eu também sou mais um desses, pago as minhas promessas que faço à Nossa Senhora.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** Solicito que sejam tomadas providências para recuperação do terminal do Ver. Tarciso Flecha Negra, que não é o único que apresenta problemas. Peço à assessoria que dê uma atenção especial a esse assunto.

**O SR. PEDRO RUAS:** Sr. Presidente, eu, como os demais Vereadores, recebi também esse documento da Força Sindical, que pede uma CPI para o transporte coletivo. Soube

que o Ver. Comassetto protocolou um Requerimento, solicitando uma Comissão Especial para examinar o assunto que eu estava acompanhando, junto com a Ver.<sup>a</sup> Celeste e a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, no seu trágico dia. Volto agora para dizer que nós, do PSOL, assinamos embaixo o Requerimento do Ver. Engenheiro Comassetto, e, se houver a possibilidade de uma CPI, evidentemente gostaríamos muito, mas esse documento traduz a realidade do transporte coletivo em Porto Alegre, assinado pelo presidente Cláudio Janta, da Força Sindical.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** Acolhido o registro, Ver. Pedro Ruas. O senhor, por favor, encaminhe o documento à nossa Diretoria Legislativa.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini, eu silencieiei sobre esse assunto até agora, mas, à medida que este microfone está sendo utilizado para algumas definições de posição, quero deixar muito claro que conversei com o Janta, da Força Sindical, que me entregou o documento e me disse que a expressão CPI, ali colocada, não traduzia exatamente o que eles queriam. Eles querem uma comissão séria, que levante esse problema com profundidade, como acho que é muito natural que possa acontecer. CPI é outra história. Então, sobre o que entendo que estão solicitando, eu concordo em fazer uma comissão, com profundidade, que levante esse assunto. Como eu concordo com eles, eu não fui à tribuna me manifestar, porque não gosto de cortejar o aplauso.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** Nós não vamos mais conceder apartes, porque esse assunto tem que ser formalizado e encaminhado dentro dos trâmites regimentais da Mesa.

(Ver. Paulinho Rubem Berta sinaliza que quer se manifestar.) É algo diferente, Ver. Paulinho?

**O SR. PAULINHO RUBEM BERTA:** Não, mas eu gostaria de me expressar aqui, porque esta Casa mantém uma Comissão Permanente, a CUTHAB, que trata dessas questões. Então, deixar essa comissão em segundo plano na Casa, para tratar do tema, quando há uma Comissão com Vereadores competentes, Vereadores que dominam o assunto, é

uma questão de mero desconhecimento de como funciona a Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** Obrigado, Vereador. Por isso é que nós pedimos que a matéria seja formalizada, e ela terá o encaminhamento dentro dos trâmites regimentais pertinentes.

Em discussão o PLE nº 027/11. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

**APROVADO.**

Em discussão o PLE nº 030/11. (Pausa.) O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLE nº 030/11.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu desejo, rapidamente, assinalar que esta matéria que nos chega a exame neste momento vem acompanhada do Parecer favorável de todas as Comissões da Casa. Esta matéria, aparentemente colocada num único parágrafo, quando diz que se altera o art. 4º da Lei nº 11.033, de 06 de janeiro, que passa a ter a seguinte redação: “a gratificação instituída pelo art. 2º dessa Lei é incorporável aos proventos do servidor que a perceber durante cinco anos consecutivos ou dez anos intercalados e ele a estiver percebendo por ocasião da aposentadoria”. Se bem entendi, Sr. Presidente, e acredito que a tanto me levam os pareceres favoráveis, essa matéria não faz mais do que estabelecer justiça, ao assegurar que o aposentado, ao ser levado a essa condição, leve consigo aquilo que, ao longo do tempo, por merecimento foi incorporado ao seu salário. Hoje a Lei nº 11.033 diz que a gratificação instituída pelo art. 2º dessa lei é incorporável ao vencimento do servidor que a perceber durante cinco anos consecutivos ou dez anos intercalados e a estiver percebendo por ocasião de sua aposentadoria.

É praticamente imperceptível o que está sendo aqui colocado, a única diferença é que, até hoje vigoram dez anos consecutivos, e aqui se está admitindo intercalados. Às vezes, pequenos lapsos não podem gerar a perda de um benefício, de um direito de que reconhecidamente são merecedores os servidores do Município.

Então, como entendi perfeitamente o objetivo, e porque firmei postura nesta Casa, firmei posição de acompanhar os pareceres, salvo situação excepcionalíssima que me justificasse uma posição em contrário, e como, neste caso, não existe essa situação de excepcionalidade, eu seguramente vou colocar o meu voto favorável e o faço numa homenagem aos bons trabalhos realizados pelos nossos Pares, que, nas suas respectivas comissões, fizeram a análise desse Projeto de Lei e recomendaram a sua aprovação. Era isto, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 030/11.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Ver. Carlos Todeschini, na presidência dos trabalhos, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, quero, em primeiro lugar, dar o meu abraço de boas-vindas, desejando um excelente ano de 2012 para todos nós; o meu abraço ao conjunto dos funcionários e funcionárias da Câmara de Vereadores. Que nós possamos, neste fevereiro, trabalhar, mas ainda curtindo o clima de férias, tão necessário às atividades tão intensas que esta Casa tem, e certamente terá em um ano eleitoral.

Aqui há uma criação de FGs, pelo que estou entendendo, que valorizam servidores públicos do setor administrativo, de Assistente Administrativo, e eu quero fazer alguns pequenos registros que, agora, a condição de Vereadora e não mais de Presidente me permite.

Nós, ao final do ano passado, tivemos mais uma criação de Cargos em Comissão – foram 11 ou 12 Cargos em Comissão, se não me engano. Nos últimos anos, houve a criação de Secretarias – a última foi Secretaria do Trabalho –, seis ou sete novas secretarias que, na minha opinião, poderiam ser comitês, comissões de trabalhos. Todas essas Secretarias, como a da Juventude e a de Acessibilidade, são Secretarias que dependem de políticas de diferentes Secretarias para terem efetividade e responder aos grupos específicos. Então, constituir Secretarias atendendo a grupos não me parece um critério de eficiência, de eficácia na gestão pública. E todas essas Secretarias – todas elas – são praticamente sem orçamento, ou com orçamento apenas para custeio, todas elas com grupo de Cargos em Comissão; acomodação de Partidos políticos no Governo e com pouquíssima

efetividade. Acho que é um debate que vamos fazer este ano. É um debate de situação e oposição, mas é um debate de eficiência no atendimento da Cidade.

Eu lembro de quando uma comissão municipal de acessibilidade tinha mais efetividade do que uma Secretaria Municipal de Acessibilidade. Não se está criticando Secretários ou agentes, mas sim a situação desempoderada, sem orçamento, sem autoridade sobre as outras Secretarias, o que não permite incidir, de fato, sobre a acessibilidade em Porto Alegre.

Hoje eu ouvi o Prefeito dizer que 50% dos ônibus da Capital têm elevador, mas eu não enxergo esse dado; esse é um dado que deve ser checado, deve ser verificado. Ao contrário, a frota de ônibus está muito envelhecida, mais do que foi em outros tempos.

Então, no momento em que se cria FG, Função Gratificada, valorizando servidores, tem-se que elogiar, Ver. Dib, porque, diferente de criar outras estruturas com base em CCs e sem orçamento, valorizar-se o servidor público para que ele assuma responsabilidades diferenciadas e para que se sinta valorizado e tenha a alternativa inclusive de melhoria de renda é muito importante e talvez um caminho muito melhor do que o caminho da criação de superestruturas, as quais não deixam um trabalho continuado, não permitem um acúmulo de conhecimento, de experiência, de solução de problemas, um capital humano mais permanente.

**O Sr. João Antonio Dib:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Nobre Ver.<sup>a</sup> Sofia, o Projeto não está criando nenhuma gratificação, nenhum Cargo em Comissão; o Projeto está trocando a palavra vencimento pela palavra provento, para que o servidor não seja prejudicado na sua aposentadoria. A lei foi aprovada pela Câmara, e nós cometemos um erro, sancionamos um erro que veio do Executivo, e o Executivo está corrigindo.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Está bem, Vereador. Acho que V. Exa. especifica melhor, mas a minha avaliação é um elogio; estamos corrigindo aqui no sentido de que, quando a gente valoriza o servidor – não tirando o valor dos cargos políticos... O que nós não podemos é exacerbar os CCs, desvalorizando ou desprestigiando o funcionalismo público municipal.

Encerro, dizendo que estivemos ontem na Asa Branca e vimos isso. A Asa Branca é um projeto do PAC-1, recebeu milhões para saneamento, mas que está atrasada quatro

anos, pelo menos, a construção das casas, Ver. Brasinha. Ontem, ficamos sabendo que duas licitações deram vazias, feitas pelo DEP, por erro de licitação, por não prever projetos de fundação, por não prever estudo de solo, e o DEMHAB hoje está corrigindo. Isso prejudicou comunidades, o dinheiro está aí há muito tempo, isso é falta de técnicos capacitados, disponibilidades de técnicos para trabalhar bem para a população. Portanto, valorizar o funcionário eu acho que ainda é a melhor providência.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** Encerrada a discussão. Em votação o PLE nº 030/11. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

Em discussão o PLE nº 041/11. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação o PLE nº 041/11. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PR nº 003/11. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação o PR nº 003/11. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 003/11.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Agradeço, Presidente. Não precisarei dos cinco minutos. Eu agradeço os Vereadores pela compreensão para a inclusão do Projeto. Fiquei sabendo hoje que já podíamos tê-lo votado há mais tempo. Eu quero apenas deixar claro que o autor da proposta não o havia priorizado, mas o jornalista André Machado comentou comigo que havia uma homenagem esperando ser encaminhada, e aí eu tomei a liberdade de priorizar em nome do autor. Quero inclusive, Ver. Mario Fraga, que o Ver. João Bosco compreenda isso: é apenas para priorizar a votação. Acho que é um destaque muito importante de uma pessoa que tem demonstrado um equilíbrio no encaminhamento da notícia, colocando a possibilidade do contraditório, tem acompanhado esta Casa através do Gaúcha Atualidade. Essa é a minha impressão sobre um jornalista que, eu não diria neutro, porque todos os jornalistas têm opinião e trabalham para jornais que têm as suas inclinações, mas um jornalista que é, sim, permeável à crítica, ao contraditório e é competente no tratamento da notícia.

Então, quero aqui expressar o meu apoio à homenagem que o Ver. João Bosco Vaz faz ao Jornalista André Machado.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 003/11.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, o Projeto de Resolução, firmado pelo Ver. João Bosco Vaz, foi protocolado na Casa no dia 3 de janeiro de 2011; por conseguinte, no ano passado. Ao longo desse tempo, procedeu-se à devida instrumentalização processual, e as Comissões se manifestaram, especialmente a Comissão de Constituição e Justiça, que tem um Parecer do Ver. Mauro Zacher, na época Líder do Partido Democrático Trabalhista e hoje Presidente da Casa. Esse Parecer, Ver. Vendruscolo, foi aprovado pela nossa unanimidade; nem poderia ser diferente, porque é prerrogativa do Vereador propor um projeto dessa ordem, que tem a sua tramitação assegurada. A Comissão de Cultura, Esporte e Juventude, a quem também cabia se manifestar, o fez em 17 de março de 2011, e mereceu aprovação o Relatório e o Parecer do Ver. Haroldo de Souza. Foi aprovado por unanimidade, de vez que obteve quatro votos numa Comissão de cinco integrantes, sendo que um de seus integrantes não se encontrava na reunião.

Então, a forma pacífica como tramitou essa matéria, só nos coloca num pequeno paradoxo, digamos assim. É que um Requerimento feito pela nossa ex-Presidente, que conduziu a Casa durante todo o ano, tenha de ser feito agora, no início dos trabalhos legislativos, para que se vote uma matéria que tinha todas as condições de ter sido votada já no ano passado, eis que a aprovação do Projeto foi sugerida pela Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude em 17 de março do ano que passou. E de lá para cá, se encontra na Ordem do Dia, desde o dia 6 de abril de 2011. Dormiu bastante este Projeto, e agora é acordado.

Obviamente que o PDT, mais do que qualquer um dos Partidos aqui na Casa, vai aplaudir a iniciativa do seu colega João Bosco Vaz. E todos que conhecem o André, sabem da sua independência, dos seus vínculos com o Dilamar Machado – que por longos anos foi Vereador desta Casa, sendo Presidente desta Casa num determinado momento –, e tudo isso faz com que ele seja uma pessoa muito comum para nós, muito tranquila, com

trânsito absoluto em todos os Partidos políticos. Essa é a razão pela qual, Ver.<sup>a</sup> Sofia, eu vim à tribuna para confirmar as suas posições, lamentando que nós já não tenhamos votado antes esta matéria; nós já deveríamos estar entregando o Diploma ao homenageado. Não o foi, que seja agora, de acordo com a máxima popular: “Antes tarde do que nunca”. Já que agora, no primeiro dia do ano legislativo, dá para se corrigir algumas omissões do ano que passou, faça-se a correção, aprove-se o Projeto, acompanhe-se o relatório das Comissões, consagre-se a proposição do Ver. João Bosco Vaz e inclua-se na relação dos homenageados desta Casa, por todas essas razões, o ilustre homenageado André Luiz de Mello Machado. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Zacher reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Não havendo mais quem queira encaminhar, em votação o PR nº 003/11. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no dia 2 de janeiro de 2012. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(16h24min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

## **PAUTA**

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, nesta retomada das atividades legislativas plenas, temos, em 1ª Sessão de Pauta, quatro Projetos. Um deles é o PLL nº 204/11, de autoria do Ver. Adeli Sell, que altera a ementa e

o *caput* dos arts. 1º, 2º e 3º e revoga o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 7.158, de 6 de outubro de 1992 – que autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta da frente dos veículos de transporte coletivo no Município de Porto Alegre, e dá outras providências –, alterando essa via de acesso para aquela que não lhes ofereça obstáculos.

Eu, obviamente, já ouvi do Ver. Adeli Sell a afirmação de que ele está inscrito na Pauta e que virá oficialmente nos apresentar o Projeto, tecendo as considerações que, na condição de autor, é o mais abalizado para assim fazê-lo. Vou, por conseguinte, me resguardar o direito de sobre ele me reportar na próxima segunda-feira, quando, obviamente, estará cumprindo a 2ª Sessão.

Mas, além desse Projeto, existe um que eu ajudei no encaminhamento, o que eu fiz com a maior tranquilidade, que é aquele de autoria do Ver. Paulinho Rubem Berta, Ver. Brasinha, que concede o Título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao Eduardo Kenzi Antonini, fato esse que obviamente nós subscrevemos por inteiro, e o Ver. Alceu Brasinha, comprometido em uma discussão na sua Bancada, certamente ao me ouvir, irá concordar com essa afirmação. Trata-se de um jovem dirigente esportivo que está envolvido com a grande tarefa de construção da Arena do Grêmio Foot Ball Porto Alegrense, em pleno desenvolvimento no Bairro Humaitá. Aliás, durante esse recesso parlamentar, quando se encontrava na chefia do Executivo Municipal, transitoriamente, o Ver. Mauro Zacher, nosso Presidente, nós tivemos o ensejo e a oportunidade de visitar a obra e ficamos extasiados com o dinamismo e com a eficiência com que ela é desenvolvida. Aliás, lá fomos recebidos pelo engenheiro já reconhecido como Cidadão de Porto Alegre, por iniciativa do Ver. Alceu Brasinha, o Engenheiro Eduardo Pinto, Cidadão de Porto Alegre, que foi-nos prestar informações a respeito do andamento da obra, o que nos deixou absolutamente tranquilos, não só como gremistas, mas como cidadãos de Porto Alegre, como integrantes desta Casa, quanto a que a anunciada conclusão da obra para novembro deste ano deixa de ser uma mera expectativa otimista, para ser, em realidade, uma expectativa absolutamente consentânea com a realidade dos trabalhos que ali se desenvolvem.

Por isso, Sr. Presidente, eu que tive a satisfação de acompanhar o Ver. Paulinho Rubem Berta na sua posição, obviamente declaro desde já o meu mais absoluto engajamento no desenvolvimento desse processo e permaneceréi, obviamente, tranquilo na minha disposição de contribuir para que, com a maior brevidade possível, esse processo produza o seu resultado, e nós tenhamos a oportunidade de reconhecer publicamente as

homenagens da cidade de Porto Alegre a esse jovem e dinâmico dirigente esportivo, que é o Eduardo Antonini. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Waldir Canal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. WALDIR CANAL:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, venho a esta tribuna, em Tempo de Liderança, para parabenizar o meu colega Ver. Aldacir José Oliboni, que se encontra no plenário, pela sua ascensão à Assembleia Legislativa. Nós, do PRB, nos sentimos muito orgulhosos da sua trajetória, principalmente porque a sua ida para lá nos abre mais uma vaga aqui na Câmara de Porto Alegre. Em nome do PRB, desejo sucesso ao senhor; um Vereador competente, vai fazer um bom trabalho na Assembleia Legislativa, tenho certeza, Vereador. Conte conosco, mesmo estando na Assembleia, nós continuaremos sendo parceiros. V. Exa. tem um trabalho muito valioso pela nossa Cidade e pelo Estado do Rio Grande do Sul. Parabéns!

Há um segundo tema que eu gostaria de abordar. A nossa Presidenta Dilma Rousseff lançou o Plano Nacional de Combate às Drogas, principalmente o *crack*, que tem sido uma praga, que tem destruído vidas de jovens, de adultos de diversas camadas sociais. E esse combate às drogas é um assunto que diz respeito a todos nós, a toda a sociedade, principalmente porque nós não queremos ver jovens destruídos, pessoas destruindo suas próprias famílias e suas vidas. É um assunto que diz respeito a todos os Poderes: Legislativo, Executivo e até mesmo ao Judiciário.

A sociedade organizada tem procurado dar a sua contribuição. Eu quero destacar que, no último sábado, tivemos um evento grandioso ali no Parque Humaitá, onde a Força Jovem Brasil, no caso a Força Jovem do Rio Grande do Sul promoveu um evento especial com teatro, musicais, com a participação da comunidade, muitos jovens vindos da Grande Porto Alegre, de Porto Alegre, do interior do Estado – cerca de quase 40 mil jovens compareceram a esse evento. Esse trabalho que a Força Jovem Gaúcha tem realizado aqui no Rio Grande do Sul é totalmente voluntário, é um trabalho que busca ressocializar, busca orientar, aconselhar, encaminhar o jovem para ele sair das drogas, com acompanhamento de pessoas especializadas, também com orientação espiritual. Isso mostra que nós temos que usar todas as forças, todos os recursos para contribuir com o

combate a essa praga: o *crack*. O *crack* tem sido uma desgraça, e o evento “Crack: tire essa pedra do seu caminho” foi um exemplo de um esforço, de uma atitude que vem ao encontro do pensamento nacional.

Há pouco tempo, lá em São Paulo, o Governo, de uma forma corajosa, com o apoio do Governo Federal, acabou com a Cracolândia. Temos visto, por noticiários, jornais, quão nociva tem sido essa praga: pessoas jovens desfiguradas, destruídas, num lugar onde o *crack* se instalou.

Nós bem sabemos que é necessária uma política eficiente de combate às drogas, para combater o traficante, aquele que alimenta o usuário, aquele que traz a pedra, aquele que a faz chegar até o consumo e provoca a escravidão. Segundo estudos, seis meses são suficientes para destruir uma pessoa. Imaginem uma pessoa morrer em seis meses! É o que faz essa praga, essa pedra! Então, é necessária a vigilância de todos nós – de pais... Inclusive, o Governo Federal está com uma propaganda muito boa, nas rádios, dizendo que os pais conversem com seus filhos sobre isso. “Eu, na minha família?” Todos nós temos que conversar, toda família, toda a sociedade tem que abrir o olho.

Quero dar parabéns à Força Jovem Gaúcha por esse evento. Já tivemos, lá no Zequinha, um evento grandioso, no final do ano passado: um jogo de futebol em que tivemos a participação da juventude, com craques do Inter, com craques do Grêmio, e, por meio desses movimentos, nós procuramos trazer a juventude, pessoas de todas as faixas etárias, chamando a atenção para esse problema e apontando o caminho.

Parabéns à força Jovem Gaúcha! Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Ausente.

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, há pouco, eu falei a respeito dessa solicitação da Força Sindical, que nos foi encaminhada hoje pelo Cláudio Janta, seu Presidente Regional, que havia recebido, por parte do requerente, uma explicação que me pareceu muito correta, muito honesta. Dizendo ele que não conhecia bem o Regimento aqui da Casa, e que a colocação para a instalação

de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para o transporte coletivo não correspondia com exatidão o desejo dos mesmos, que queriam uma grande comissão capaz de estudar, com profundidade, com responsabilidade, e, sobretudo, com muita seriedade, esse problema que anualmente é objeto de discussão aqui na Casa, ou seja, toda oportunidade em que ocorre a alteração do preço do transporte coletivo na cidade de Porto Alegre.

É lógico que procurei entendê-los, e não vou discutir os termos do seu Ofício, cada um escreve o que entende fazer. Só quero deixar muito clara a minha posição nesse particular.

Há muito tempo, havíamos proposto no Colégio de Líderes aqui, a constituição de uma grande comissão capaz de enfrentar esse assunto, sem preconceito de nenhuma ordem, e sem deixar de atentar para todos os elementos que acabam constituindo esse processo do transporte coletivo urbano na cidade de Porto Alegre.

Em verdade, hoje, falar em custo de tarifa, ignorando a oneração tributária de que essa tarifa é portadora, é uma demonstração de desconhecimento do processo.

Sabemos que em Porto Alegre, além de nem o Governo Federal, nem o Governo Municipal, nem o Governo Estadual contribuírem objetivamente com qualquer forma de estímulo e de subsidiamento da tarifa, e, mais do que isso, além de não colocarem nada, Srs. Vereadores, eles tiram alguma coisa. O Município tira 5%, Ver. Elói; a União, que tributa o óleo diesel, tira outro tanto; a própria folha de pagamento, extremamente pesada dentro do cálculo tarifário, tem toda a oneração que o Sistema Previdenciário mambembe deste País possui, e que há mais tempo se discute uma política que desonere a folha em favor do faturamento; fato que se tem discutido sem resultado nenhum.

Então, a complexidade da constituição da tarifa e, mais do que isso, os elementos que a compõem, são de tal sorte que é até de se estranhar que há mais tempo, Ver. Elói, não se tenha feito um estudo específico sobre essa matéria. Agora, o Ver. Paulinho Rubem Berta, com todo o direito, vem à tribuna e diz o seguinte: “Existe uma comissão especializada na Casa, que é a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação, que pode cuidar desse assunto”.

Eu quero dizer, na presença do Ver. Elói Guimarães, que até 30 dias atrás presidia a Comissão de Constituição e Justiça, que nenhum estudo dessa matéria poderá estar excluído da CCJ, porque se trata de cumprimentos de disposições legais, e da necessária preparação de proposições tendentes a alterar as disposições legais neste País.

Neste País ocorre o seguinte: em Brasília, decidem que idoso não paga passagem, que Fulano não paga passagem, mas, lá, nunca dizem quem vai pagar! E acaba isso sendo jogado nas costas do usuário do transporte coletivo, que é o grande financiador desse transporte.

Peço, Vereador, meio minuto, só para concluir, e nesse meio minuto quero dizer o seguinte: para um trabalho sério, para um exame aprofundado disso, eu estou colocando-me na primeira linha dos aderentes a essa disposição, e por isso vou à primeira reunião da Comissão de Constituição e Justiça, Ver. Elói, propor que estabeleçamos um relacionamento com a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação da Casa, para que, em conjunto, se promova, com a brevidade possível, um exame intenso que a matéria está a propiciar pela sua relevância. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. João Carlos Nedel assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel):** O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.)

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. ADELI SELL:** Boa-tarde a todos e a todas. Meu caro Ver. Nedel, na presidência dos trabalhos, eu fiz uma checagem em algumas leis que esta Câmara aprovou ao longo dos anos, e verifiquei que nós precisamos fazer uma revisão da legislação em Porto Alegre. Eu fiz, há dias – as senhoras e os senhores lembram –, um debate aqui sobre o Código de Limpeza Urbana, sendo que fiz algumas alterações, não tão profundas, mas uma modernização, uma adequação, e principalmente resolvi o problema das multas que eram tão baixas, simplesmente ridículas, que não valeria a pena o Poder Público multar para gastar o papel, que dirá uma pessoa pagar alguns centavos por uma multa, no caso, o DMLU. Então, estou pedindo, inclusive, a atenção das senhoras e dos senhores para esse Projeto que já está circulando na Casa.

Agora, estou tratando do Projeto de Lei do Legislativo, de minha autoria, que muda, que revoga uma parte de uma legislação que autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta da frente dos veículos coletivos no Município de Porto Alegre. É uma legislação feita

pelo meu colega de, para não dizer de Bancada, de banca, então, Ver. Ferronato, e, na época, evidentemente, que a entrada dessas pessoas, que usam essa bolsa coletora, pela porta da frente, é porque se usava a porta dos fundos como entrada, onde havia a roleta; agora, ocorre o contrário, você entra pela porta da frente onde há a roleta.

O que estou propondo, Paulinho Rubem Berta? Que seja feito de uma forma genérica, com acesso por aquela porta que não lhes ofereça obstáculos, porque o grande problema da pessoa ostomizada é que ela usa uma bolsa coletora e não pode passar por uma roleta ou por um local com obstáculos; inclusive, deveríamos pensar no caso das portas rotatórias dos bancos.

Estou atualizando, modernizando uma Legislação que já existe; eu vi também que há outras legislações. O meu Gabinete está formatando, Ver.<sup>a</sup> Sofia, um outro projeto nessa área do transporte coletivo de passageiros, que tem que melhorar significativamente: ter ar-condicionado neste verão de 40°C, ter piso rebaixado e não deixar os cadeirantes jogados nas paradas. Um condicionador de ar que não funcione não dá para acontecer em uma Cidade que quer receber a Copa do Mundo! Temos que modernizar o transporte coletivo de passageiros.

Eu fui verificar o transporte para pessoas com deficiência e constatei que, pela Legislação, só há um equipamento em Porto Alegre, mostrado pela fotografia, de uma empresa; portanto, estou modificando, fazendo uma legislação – desculpem a minha maneira de dizer – republicana: que qualquer empresa possa participar para fornecer esse transporte, e não com fotografia, que só uma empresa possa participar. Desculpem-me, mas vou mudar essa legislação também. Estou avisando, mas se alguém quiser mudar antes de mim, tudo bem, mas aviso que já estou fazendo um projeto.

Vereadores Nedel e Vendruscolo, acho que temos que fazer uma revisão de um conjunto de leis em Porto Alegre, que são antigas, ultrapassadas. Com isso, tento colaborar com a nossa municipalidade, tratando dessa questão da entrada de pessoas ostomizadas nos ônibus de Porto Alegre por aquela porta que não apresente nenhum obstáculo. Hoje, no caso, seria a entrada pelos fundos, já que, na parte da frente, há a roleta; mas isso pode mudar, dependendo da circunstância e tipo de ônibus.

No futuro, teremos o Bus Rapid Transit – BRT, Ver. DJ Cassiá, que tem um nome bonito e charmoso, podendo, inclusive, ter entrada lateral, como existe em Curitiba, o chamado ligeirinho. O mundo é moderno, e, no futuro, estaremos fundamentalmente com o transporte de Metrô e com o Veículo Leve sobre Trilhos – VLT. Eis que Porto Alegre

começa a repensar o seu passado, o seu presente e o seu futuro. Espero que o futuro seja de modernidade. Na minha opinião, hoje, temos uma modernidade suspensa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel):** O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Sr. Presidente, Ver. João Carlos Nedel; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; o Ver. Adeli Sell acabou me animando, fazendo com que eu também viesse a esta tribuna para dizer que nós precisamos ter coragem para enfrentar e propor mudanças. Eu quero falar aqui, Ver.<sup>a</sup> Sofia, nossa ex-Presidente, que, depois de muito pensar, resolvemos enfrentar uma questão que nós achamos que é equivocada aqui na Cidade, que é esse costume de delegar aos particulares a manutenção e a conservação das calçadas em Porto Alegre, o passeio público. Olhem só, o nome por si só já diz: passeio público. Ora, se é passeio público, a responsabilidade é do público. Não há como – se nós fizermos uma análise com maior profundidade – aceitar essa ideia, ainda que haja uma lei, de que devamos repassar para o particular o compromisso da conservação do passeio público. O imóvel do particular – a metragem, o tamanho – faz divisa, é fronteiro ao passeio público; a propriedade do particular não contempla o passeio público; é fronteira ao passeio público.

Então, Ver. João Carlos Nedel e demais Vereadores, nós temos uma Lei que está completando quatro décadas. Naquela oportunidade, Ver. Paulinho Rubem Berta, o valor do IPTU em Porto Alegre era quase insignificante. Era um costume, e ainda algumas cidades brasileiras têm esta prática, mas nós não podemos aceitar a ideia de que as coisas não devem ser modificadas para o benefício da sociedade.

Há uma outra questão sobre a qual eu gostaria de falar: aproveitando esta linha de raciocínio, Vereadores, se nós queremos calçadas regulares em Porto Alegre, não tem como deixarmos para os particulares manterem as calçadas regulares. Sabem por quê? Porque um faz hoje, outro faz daqui a cinco anos, outro vai construir daqui a três anos; uns vão usar um tipo de mão de obra, outros vão usar outro tipo de mão de obra; uns vão usar um material, outros vão usar outro material. Então, se nós permanecermos com essa

prática de querer repassar ao particular a manutenção das calçadas, nós nunca teremos calçadas regulares em Porto Alegre; esta é a verdade!

Então, se nós queremos ter calçadas regulares em Porto Alegre, vamos chamar para o público a responsabilidade daquilo que é do público. A calçada é pública, não é particular. Não há sentido em nós repassarmos essa responsabilidade para os particulares, quando a calçada é uma área pública. É o governo quem planta as árvores – eu não sou contra o plantio de árvores – que estouram as calçadas; é o governo quem autoriza a abrir as valetas para colocar as canalizações.

Então, Ver. Nedel, nós resolvemos enfrentar essa questão; eu acho que é um bom debate. Nós estaremos fazendo justiça com os nossos contribuintes, porque tudo em Porto Alegre é muito caro, e nós vamos, com o tempo, chegar a essa condição de termos calçadas regulares em Porto Alegre; diferente, nós nunca teremos calçadas regulares em Porto Alegre. Esqueçam, esqueçam de calçadas regulares, se nós deixarmos a cada um fazer do seu jeito e ao seu tempo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel):** Apregoo o Ofício nº 106/12, do Gabinete do Prefeito, que solicita o arquivamento do Processo nº 3915/11, que trata do PLE nº 053/11.

A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Ver. João Carlos Nedel, na presidência dos trabalhos; Secretário da Mesa; eu quero comentar a proposta do Ver. Adeli Sell. Preocupado em garantir a acessibilidade nos ônibus, ele está distinguindo uma situação de doença ou de deficiência, até poderíamos dizer, ao tratar dos ostomizados, com deficiência de um órgão, reconhecendo a sua dificuldade em passar na roleta. Eu aproveito a sua sugestão, que talvez seja complexa, porque há o problema da identificação da pessoa, mas eu acho que é um bom debate, principalmente porque trata do direito de ir e vir e de como o transporte público – a concessão pública, melhor dizendo, porque o transporte, em grande parte, é de empresas privadas –, essa concessão pública do transporte se adéqua às diferenças da população.

O tema da modernização da frota hoje tem, sim, que dar conta das diferentes populações, com as suas deficiências, com os seus tamanhos, porque passar na roleta para a pessoa

mais obesa também é bem complicado; também a gestante, o idoso, a nossa população de idade mais avançada têm muita dificuldade para se transportar, para andar nos ônibus com segurança.

Eu queria fazer essa reflexão, porque eu acho que, pela primeira vez, o aumento da passagem foi abaixo da inflação, e essa crítica nós não podemos fazer. Agora, a crítica que nós temos que fazer é que a frota não vem melhorando; não vem mesmo! Quando andamos de ônibus é que nós percebemos a falta que faz o condicionador de ar, e, se andamos na periferia, a maioria dos ônibus, Ver. DJ Cassiá, não tem condicionador de ar. E condicionador de ar, nos calorões de Porto Alegre, no frio, no ônibus lotado, que precisa desse arejamento que o condicionador de ar pode dar, porque a janela não é suficiente, é muito importante. E a nossa passagem é uma passagem cara, não é uma passagem barata, é uma passagem difícil para o trabalhador pagar, para o estudante pagar, mesmo com meia passagem; é uma passagem que deveria garantir o progressivo conforto e dignidade no atendimento do transporte público.

As experiências que temos de outros países que melhoraram o transporte, Ver. Brasinha, significa que atraíram a classe média. Se a classe média tiver um transporte com ar-condicionado, com conforto, não superlotado, ela vai utilizar o transporte público e vai deixar o carro em casa; ela vai pegar o carro só no dia de fazer a compra, de fazer o passeio. Então, a degradação da nossa frota não é boa para o conjunto da população.

**O Sr. Alceu Brasinha:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.<sup>a</sup> Sofia, em primeiro lugar, quero dizer que eu estava com saudades de ouvir a senhora falar; juntos, trabalhamos tanto no ano passado, e eu estava com saudades de ver a senhora com essa disposição, voltando mais fortalecida.

Esse Projeto é bom, concordo com a senhora. Realmente, o transporte está bom, acho que está bom, mas tem que melhorar, tem que oferecer mais qualidade. Quem sabe um transporte mais qualificado para que um executivo, um gerente de banco, um juiz, um promotor possam deixar seu carro na garagem e pegar um transporte com mais qualidade, que ofereça qualidade e preço bom para o cidadão deixar o seu carro em casa e ir ao trabalho com transporte público, mas, para isso, tem que avançar.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Tem que avançar; concordo contigo. Principalmente, queremos atrair a classe média; queremos tornar viável o sistema. Em relação ao

trabalhador, a experiência que tivemos, pegando ônibus, uma coisa é pegar um dia o ônibus às 6h, 7 horas da manhã; o problema é que o trabalhador pega o ônibus todos os dias e fica de pé, às vezes por uma hora. Para não ficar de pé, tem que pegá-lo 30 minutos antes, quando o trajeto é muito longo. Quem precisa do transporte público precisa de mais qualidade. A nossa vigilância, o nosso debate é muito importante, e elogio a iniciativa do Vereador.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel):** Obrigado. Chegamos ao final...

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, quero informar aos Vereadores que o material que construímos, de prestação de contas do trabalho da Câmara de Vereadores do ano passado, em que consta o nome de todos os Vereadores, de todas as Comissões, da Mesa Diretora, ele chegou no início do nosso recesso. Então, agora, ao voltar à Casa, eu quero disponibilizá-lo ao conjunto dos Vereadores. Nós vamos mandar um bloquinho para cada Vereador, no seu gabinete, para que possa utilizá-lo, se quiser, nas suas andanças, porque aqui está o trabalho de todas as Comissões. É um material institucional da construção coletiva de todos nós. Eu queria formalizar, em seu nome, ao Presidente Mauro Zacher. Todos receberão, mas fica à disposição para utilização do conjunto, para o fortalecimento do nosso trabalho. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon. Antes de encerrar a Sessão, quero convidar a população para a procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, amanhã, dia 2 de fevereiro, com missa às 7 horas da manhã, na Igreja do Rosário. Todos estão convidados.

Obrigado. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h.)